

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONCURSO PÚBLICO
Nível Superior

CARGO 1
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
SUBSTITUTO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos dados identificadores do seu cargo ou quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

A arte da conversa está em escutar.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **terça-feira seguinte à aplicação das provas**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **quarta e quinta-feira seguintes à aplicação das provas** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **trinta dias após a aplicação das provas objetivas** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CAIXA = Caixa Econômica Federal; CF = Constituição Federal de 1988; CP = Código Penal; CPI = comissão parlamentar de inquérito; CPP = Código de Processo Penal; IP = inquérito policial; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TCU = Tribunal de Contas da União; TRF = Tribunal Regional Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 6

Brinkmanship

1 Em 1964, o cineasta Stanley Kubrick lançava o filme **Dr. Strangelove**. Nele, um oficial norte-americano ordena um bombardeio nuclear à União Soviética e comete suicídio em seguida, levando consigo o código para cancelar o bombardeio. O presidente norte-americano busca o governo soviético na esperança de convencê-lo de que o evento foi um acidente e, por isso, não deveria haver retaliação. É, então, informado de que os soviéticos implementaram uma arma de fim do mundo (uma rede de bombas nucleares subterrâneas), que funcionaria automaticamente quando o país fosse atacado ou quando alguém tentasse desacioná-la. O Dr. Strangelove, estrategista do presidente, aponta uma falha: se os soviéticos dispunham de tal arma, por que a guardavam em segredo? Por que não contar ao mundo? A resposta do inimigo: a máquina seria anunciada na reunião do partido na segunda-feira seguinte.

Pode-se analisar a situação criada no filme sob a ótica da Teoria dos Jogos: uma bomba nuclear é lançada pelo país A ao país B. A política de B consiste em revidar qualquer ataque com todo o seu arsenal, o qual pode destruir a vida no planeta, caso o país seja atacado. O raciocínio que leva B a adotar tal política é bastante simples: até o país mais fraco do mundo está seguro se criar uma máquina de destruição do mundo, ou seja, ao ter sua sobrevivência seriamente ameaçada, o país destrói o mundo inteiro (ou, em seu modo menos drástico, apenas os invasores). Ao elevar os custos para o país invasor, o detentor dessa arma garante sua segurança. O problema é que de nada adianta um país possuir tal arma em segredo. Seus inimigos devem saber de sua existência e acreditar na sua disposição de usá-la. O poder da máquina do fim do mundo está mais na intimidação do que em seu uso.

O conflito nuclear fornece um exemplo de uma das conclusões mais surpreendentes a que se chega com a Teoria dos Jogos. O economista Thomas Schelling percebeu que, apesar de o sucesso geralmente ser atribuído a maior inteligência, planejamento, racionalidade, entre outras características que retratam o vencedor como superior ao vencido, o que ocorre, muitas vezes, é justamente o oposto. Até mesmo o poder de um jogador, considerado, no senso comum, como uma vantagem, pode atuar contra seu detentor.

Schelling denominou *brinkmanship* (de *brink*, **extremo**) a estratégia de deliberadamente levar uma situação às suas consequências extremas.

Um exemplo usado por Schelling é o bem conhecido jogo do frango, que consiste em dois indivíduos acelerarem seus carros na direção um do outro em rota de colisão; o primeiro a virar o volante e sair da pista é o perdedor.

Se ambos forem reto, os dois jogadores pagam o preço mais alto com sua vida. No caso de os dois desviarem, o jogo termina em empate. Se um desviar e o outro for reto, o primeiro será o frango, e o segundo, o vencedor. Schelling propôs que um participante desse jogo retire o volante de seu carro e o atire para fora, fazendo questão de mostrá-lo a todas as pessoas presentes. Ao outro jogador caberia a decisão de desistir ou causar uma catástrofe. Um jogador racional optaria pelo que lhe causasse menos perdas, sempre perdendo o jogo.

Fabio Zugman. Teoria dos jogos. Internet: <www.iced.org.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com base no texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ A leitura do final do 1.º parágrafo (l.7-8) permite inferir-se que “A resposta do inimigo” não foi dada em uma segunda-feira.
- Ⓑ A expressão “à União Soviética” (l.2) é complemento da forma verbal “ordena” (l.1).
- Ⓒ Acrescentando-se **de que** imediatamente após a conjunção “e” (l.3), o significado do período correspondente não seria alterado.
- Ⓓ A expressão “por isso” (l.3) foi empregada com o sentido concessivo.
- Ⓔ Mantém-se a correção gramatical do texto ao se substituir “convencê-lo de que” (l.3) por **convencer-lhe que**.

QUESTÃO 2

Na linha 4, o verbo **implementar**, na forma verbal “implementaram”, está sendo usado no sentido de

- Ⓐ suprir de implementos.
- Ⓑ solucionar.
- Ⓒ demarcar.
- Ⓓ distribuir estruturas em determinada área.
- Ⓔ desenvolver ou produzir.

QUESTÃO 3

Assinale a opção correta com relação às ideias do texto e às palavras e expressões nele empregadas.

- A Se o trecho “não deveria haver retaliação” (l.4) estivesse flexionado no plural, a forma verbal “deveria” teria de ser substituída por **deveriam**.
- B O período “É então (...) desacioná-la” (l.4-6) esclarece que a informação dada ao presidente norte-americano era falsa.
- C Nas linhas 5 e 6, as orações introduzidas por “quando” permitem uma leitura em que são interpretadas como condição para que a “arma de fim do mundo” (l.4) funcione automaticamente.
- D No texto, não há como se identificar o sujeito da oração “Por que não contar ao mundo?” (l.7).
- E O complemento da palavra “inimigo” (l.7) está subentendido, artifício que evidencia que o autor do texto assumiu a perspectiva norte-americana segunda a qual a União Soviética é inimiga.

QUESTÃO 4

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto, assinale a opção correta.

- A No trecho “lançada pelo país A ao país B” (l.9-10), a substituição de “ao” por **no** altera o significado do texto, mas não a sua correção gramatical.
- B O trecho “adotar tal política” (l.11) tem, no texto, o sentido de “destruir a vida no planeta” (l.10).
- C Os “custos” a que o narrador se refere na linha 13 são os de se construir “uma arma de fim do mundo” (l.4).
- D No trecho “denominou *brinkmanship* (de *brink*, **extremo**) a estratégia” (l.22), o “a” deveria levar a marca gráfica de crase.
- E A pontuação do texto permaneceria correta se, no trecho “o primeiro a virar o volante e sair da pista é o perdedor” (l.25), fosse inserida uma vírgula logo após a palavra “pista”.

QUESTÃO 5

O sentido geral do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos caso se substituísse a expressão “no senso comum” (l.20) por

- A geralmente.
- B apressadamente.
- C aproximadamente.
- D erroneamente.
- E precipuamente.

QUESTÃO 6

Com base no texto, assinale a opção correta.

- A Infere-se da leitura do texto que os soviéticos estavam a ponto de disparar a “arma de fim do mundo”.
- B As expressões **o primeiro a virar o volante e sair da pista perde e quem virar o volante e sair da pista perde** estabeleceriam a mesma regra descrita no penúltimo parágrafo do texto para determinar o resultado do jogo do frango.
- C Conclui-se da leitura do texto que, em 1964, a capacidade nuclear da União Soviética era menor do que a norte-americana.
- D De acordo com a teoria de Schelling, a situação narrada no filme terminaria com a derrota soviética, se o governo daquele país se comportasse como um ser racional.
- E Segundo o texto, um oficial norte-americano propôs o emprego da estratégia denominada *brinkmanship* para desmoralizar politicamente o governo da União Soviética.

Texto para as questões de 7 a 11

O jargão

- 1 Nenhuma figura é tão fascinante quanto o Falso Entendido. É o cara que não sabe nada de nada, mas sabe o jargão. E passa por autoridade no assunto. Um
- 4 refinamento ainda maior da espécie é o tipo que não sabe nem o jargão. Mas inventa.
— Ó Matias, você, que entende de mercado de
- 7 capitais...
— Nem tanto, nem tanto...
(Uma das características do Falso Entendido é
- 10 a falsa modéstia.)
— Você, no momento, aconselharia que tipo de aplicação?
- 13 — Bom. Depende do *yield* pretendido, do *throwback* e do ciclo refratário. Na faixa de papéis *top market* — ou o que nós chamamos de topi-marque —, o
- 16 *throwback* recai sobre o repasse e não sobre o *release*, entende?
— Francamente, não.
- 19 Aí o Falso Entendido sorri com tristeza e abre os braços como quem diz: “É difícil conversar com leigos...”.
- 22 Uma variação do Falso Entendido é o sujeito que sempre parece saber mais do que ele pode dizer. A conversa é sobre política, os boatos cruzam os ares, mas ele mantém um discreto silêncio. Até que alguém pede a sua opinião e ele pensa muito antes de se decidir a responder:
- 28 — Há muito mais coisa por trás disso do que vocês pensam...
Ou então, e esta é mortal:
- 31 — Não é tão simples assim...
Faz-se aquele silêncio que precede as grandes revelações, mas o falso informado não diz nada. Fica
- 34 subentendido que ele está protegendo as suas fontes em Brasília.
- 37 E há o Falso que interpreta. Para ele, tudo o que acontece deve ser posto na perspectiva de vastas transformações históricas que só ele está sacando.
— O avanço do socialismo na Europa ocorre
- 40 em proporção direta ao declínio no uso de gordura animal nos países do Mercado Comum. Só não vê quem não quer.
- 43 E, se alguém quer mais detalhes sobre a sua insólita teoria, ele vê a pergunta como manifestação de uma hostilidade bastante significativa a interpretações
- 46 não ortodoxas, e passa a interpretar os motivos de quem o questiona, invocando a Igreja medieval, os grandes hereges da história, e vocês sabiam que toda a Reforma
- 49 se explica a partir da prisão de ventre de Lutero?

Luis Fernando Verissimo. *As mentiras que os homens contam*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000 (com adaptações).

QUESTÃO 7

A coerência e o sentido do texto seriam alterados caso a expressão “nada de nada” (l.2) fosse substituída por

- A nada sobre coisa alguma.
- B coisa alguma sobre coisa alguma.
- C absolutamente nada.
- D alguma coisa sobre nada.
- E nada sobre nada.

QUESTÃO 8

Com base no texto, julgue os itens a seguir.

- I A substituição de “nem” (ℓ.5) por **sequer** não altera essencialmente o significado do texto nem prejudica a sua correção gramatical.
- II A oração “que entende de mercado de capitais...” (ℓ.6-7) é uma oração restritiva e restringe a referência de “Matias” (ℓ.6).
- III No texto, o sentido de “Francamente, não” (ℓ.18) é o mesmo de **Não entendo de maneira franca**.
- IV A expressão “ciclo refratário” (ℓ.14) é um exemplo de nonsense usado pelo “Falso Entendido”.
- V Pela leitura de “É difícil conversar com leigos” (ℓ.20-21), conclui-se que o “Falso Entendido” (ℓ.9) não se considera um leigo.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 9

Assinale a opção em que a reescrita proposta mantém o sentido e a correção gramatical do período “A conversa é sobre política, os boatos cruzam os ares, mas ele mantém um discreto silêncio” (ℓ.23-25).

- A Embora a conversa é sobre política e os boatos cruzam os ares, ele mantém um discreto silêncio.
- B A conversa é sobre política e os boatos cruzam os ares, apesar de ele manter um discreto silêncio.
- C A conversa é sobre política mas ele mantém um discreto silêncio, embora os boatos cruzam os ares.
- D A conversa é sobre política e, embora ele mantenha um discreto silêncio, os boatos cruzam os ares.
- E Apesar de a conversa ser sobre política e de os boatos cruzarem os ares, ele mantém um discreto silêncio.

QUESTÃO 10

Com base no texto, assinale a opção correta.

- A A supressão do “se” em “antes de se decidir a responder” (ℓ.26-27) preservaria a correção gramatical e o significado do período.
- B No trecho “Há muito mais coisa por trás disso” (ℓ.28), se a palavra “coisa” estivesse no plural e o verbo **haver** estivesse no pretérito imperfeito, seria necessário reescrevê-lo da seguinte forma: Haviam muito mais coisas por trás disso.
- C Caso o autor do texto tivesse usado o ponto final no lugar das reticências em “— Não é tão simples assim...” (ℓ.31), o efeito conseguido seria diferente do criado por estas.
- D O “falso informado” (ℓ.33) é um subtipo ou uma variação do “Falso Entendido” (ℓ.1-2).
- E Seria mais adequado ao texto substituir a expressão “sacando” (ℓ.38) por um sinônimo como **esperando**.

QUESTÃO 11

Com base no texto, julgue os itens abaixo.

- I Com base no período “Fica subentendido que ele está protegendo as suas fontes em Brasília” (ℓ.33-35), conclui-se que o “falso informado” (ℓ.33) em questão foi instado a emitir uma opinião sobre a política brasileira.
- II Não há elementos no texto, para além daqueles apresentados pelo “Falso que interpreta” (ℓ.36), que corroborem a ideia de que o socialismo avança na Europa.
- III Segundo o que defende o “Falso que interpreta” (ℓ.36), se o uso de gordura animal nos países do Mercado Comum Europeu diminui, o socialismo avança na Europa.
- IV A palavra “insólita” (ℓ.44) tem o sentido de **normal** ou **comum**.
- V A pergunta expressa nas linhas 48 e 49 pressupõe que o narrador do texto acredita que toda a Reforma se explica a partir da prisão de ventre de Lutero.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

Texto para as questões de 12 a 15

- 1 O poema nasce do espanto, e o espanto decorre do incompreensível. Vou contar uma história: um dia, estava vendo televisão e o telefone tocou. Mal me ergui
- 4 para atendê-lo, o fêmur de uma das minhas pernas roçou o osso da bacia. Algo do tipo já acontecera antes? Com certeza. Entretanto, naquela ocasião, o atrito dos ossos
- 7 me espantou. Uma ocorrência explicável, de súbito, ganhou contornos inexplicáveis. Quer dizer que sou osso? — refleti, surpreso. Eu sou osso? Osso pergunta?
- 10 A parte que em mim pergunta é igualmente osso? Na tentativa de elucidar os questionamentos despertados pelo espanto, eclode um poema. Entende agora por que
- 13 demoro 10, 12 anos para lançar um novo livro de poesia? Porque preciso do espanto. Não determino o instante de escrever: hoje vou sentar e redigir um poema. A poesia
- 16 está além de minha vontade. Por isso, quando me indagam se sou Ferreira Gullar, respondo: às vezes.

Ferreira Gullar. **Bravo**, mar./2009 (com adaptações).

QUESTÃO 12

O sentido geral do texto estaria preservado se, em lugar de “um dia, estava vendo televisão e o telefone tocou” (ℓ.2-3), estivesse

- A certo dia, enquanto o telefone tocava, eu via televisão.
- B um dia, quando o telefone tocava, eu via televisão.
- C um dia, quando eu estava vendo televisão, o telefone tocou.
- D um dia, o telefone tocou e eu vi televisão.
- E eu estava vendo televisão; certo dia, o telefone tocou.

QUESTÃO 13

Assinale a opção correta a respeito do texto.

- A Pelo desenvolvimento do texto, depreende-se que, segundo Ferreira Gullar, o poema tem origem no desconhecido.
- B Infere-se do texto que um atrito de ossos como o descrito nas linhas de 3 a 7 já havia causado espanto a Ferreira Gullar antes.
- C Infere-se do texto que, para Ferreira Gullar, aquilo que, usualmente, é denominado espiritual se reduz ao plano material.
- D Segundo o texto, Ferreira Gullar só experimenta o espanto poético a cada 10 ou 12 anos.
- E Está explícito no texto que Ferreira Gullar é um nome fictício.

QUESTÃO 14

Com relação às estruturas linguísticas e às ideias do texto, assinale a opção correta.

- A No trecho “Mal me ergui para atendê-lo,” (ℓ.3-4), o autor informa que se ergueu incorretamente.
- B Em “Uma ocorrência explicável, de súbito, ganhou contornos inexplicáveis” (ℓ.7-8), a expressão “de súbito” modifica o adjetivo “explicável”.
- C De acordo com o texto, são afirmativas as respostas para todas as perguntas contidas em “Quer dizer que sou osso? (...). Eu sou osso? Osso pergunta? A parte que em mim pergunta é igualmente osso?” (ℓ.8-10).
- D Infere-se do texto que o episódio do atrito dos ossos (ℓ.3-5) tornou-se deflagrador de um processo poético.
- E O trecho “Não determino o instante de escrever: hoje vou sentar e redigir um poema” (ℓ.14-15) contradiz o argumento de Ferreira Gullar de que a poesia está além de sua vontade (ℓ.15-16).

QUESTÃO 15

Assinale a opção que apresenta um título que melhor resume o tópico desenvolvido no texto.

- A Como extrair do cotidiano um episódio surpreendente
- B O óbvio nunca é óbvio
- C O indivíduo são indivíduos
- D Poesia não é inspiração
- E A poesia surge do espanto

QUESTÃO 16

A Internet consiste em um conjunto de computadores, recursos e dispositivos interligados por meio de uma série de tecnologias e protocolos. Na Internet, utiliza-se uma pilha de protocolos denominada

- A OSI.
- B ADSL.
- C TCP/IP.
- D HTTP.
- E SMTP.

QUESTÃO 17

Entre os dispositivos de entrada de dados em informática, incluem-se

- A o teclado e o *mouse*.
- B o *mouse* e a memória ROM.
- C o teclado e a impressora.
- D o monitor e a impressora.
- E a impressora e o *mouse*.

QUESTÃO 18

O sistema operacional Linux **não** é

- A capaz de dar suporte a diversos tipos de sistema de arquivos.
- B um sistema monousuário.
- C um sistema multitarefa.
- D capaz de ser compilado de acordo com a necessidade do usuário.
- E capaz de suportar diversos módulos de dispositivos externos.

QUESTÃO 19

O envio e o recebimento de mensagens de correio eletrônico contendo documentos e imagens anexos podem ser realizados por meio do *software*

- A Microsoft Publisher.
- B Hyper Terminal.
- C Skype.
- D Adobe Acrobat.
- E Microsoft Outlook.

QUESTÃO 20

Google é um serviço que permite a realização de buscas avançadas por meio da combinação de resultados ou da inclusão de palavras-chave. A busca por uma expressão inteira, por exemplo, delegado de polícia, no Google pode ser feita a partir da digitação do trecho

- A (delegado de polícia)
- B {delegado de polícia}
- C *delegado de polícia*/
- D “delegado de polícia”
- E _delegado_de_polícia

Texto para as questões de 21 a 23

O rápido aumento das temperaturas no mundo deverá ter um efeito devastador sobre os cultivos agrícolas nas zonas tropicais e subtropicais até o fim deste século. Estudo recente alerta que, se não houver uma adaptação ao novo clima, metade da população mundial sofrerá com a escassez de alimentos em 2100. Produtos primários, como o milho e o trigo, por exemplo, poderão sofrer reduções de 20% a 40%. As populações dessas regiões estão entre as mais pobres do mundo e as que apresentam um crescimento demográfico significativo. Calcule-se que 3 bilhões de pessoas vivam nessas zonas.

O Globo, 9/1/2009, p. 32 (com adaptações).

QUESTÃO 21

O aumento das temperaturas médias, cujos efeitos danosos à vida no planeta são apontados por cientistas, decorre de fenômeno denominado

- A combustão espontânea.
- B calota polar.
- C irrigação artificial.
- D explosão estelar.
- E aquecimento global.

QUESTÃO 22

As medidas que estão sendo tomadas, em várias partes do mundo, para enfrentar o desafio da preservação ambiental **não** incluem

- A o incentivo à utilização de carros elétricos, como ocorre em Londres.
- B o estímulo ao uso de bicicletas em áreas urbanas, como acontece em Paris.
- C a ampliação das áreas destinadas à circulação de pedestres em detrimento dos carros.
- D a multiplicação das usinas termelétricas movidas a carvão ou a óleo combustível.
- E a produção de energia com o maior aproveitamento da energia solar e eólica.

QUESTÃO 23

Considerando informações contidas no texto e aspectos marcantes do mundo contemporâneo, assinale a opção correta.

- A A estagnação do crescimento da população mundial transformou-se em problema que preocupa governos e instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas.
- B Em geral, como sugere o texto, o expressivo crescimento populacional restringe-se às regiões economicamente mais poderosas.
- C O Brasil está situado nas áreas geográficas citadas no texto como propensas a sofrer problemas nas atividades agrícolas.
- D Se corretas as previsões do texto, o Brasil deverá repensar seu programa de produção de álcool combustível, que é derivado do milho.
- E Conflitos constantes no Oriente Médio levaram a economia mundial a reduzir sensivelmente sua dependência de petróleo.

QUESTÃO 24

Uma série de inspeções feitas pelo Conselho Nacional de Justiça em presídios de quatro estados constatou que mil detentos, mesmo após terem cumprido pena, continuavam atrás das grades. No grupo, também havia presos em flagrante já com direito à liberdade. Outros condenados estavam sendo privados de benefícios aos quais tinham direito. Sem advogado particular ou defensor público designado para suas causas, esses detentos acabaram esquecidos nas celas.

O Globo, 4/1/2009, p. 3 (com adaptações).

Os benefícios que normalmente se aplicariam aos detentos, mas aos quais estes não tiveram acesso, conforme o texto, **não** incluem a

- A anulação da pena condenatória.
- B permissão para o trabalho externo.
- C transferência para o regime semiaberto.
- D obtenção de livramento condicional.
- E expedição de alvará de soltura.

QUESTÃO 25

A revolução comemora 50 anos premida por desafios econômicos e políticos, de cujas soluções depende sua sobrevivência quando terá desaparecido a veterana geração histórica de jovens barbudos que, em 1959, tinham como eixo alcançar a unidade, uma tarefa imprescindível na época.

Jornal do Brasil, 1.º/1/2009, p. A18 (com adaptações).

Assinale a opção que identifica o país e a liderança aos quais o texto acima se reporta.

- A Vietnã – Ho Chi Min e Giap
- B Cuba – Fidel Castro e Che Guevara
- C Rússia – Lênin e Stálin
- D China – Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping
- E Brasil – Getúlio Vargas e João Goulart

Textos para as questões de 26 a 28

Números fechados de 2008 mostram que, no ano passado, 2,6 milhões de pessoas nos Estados Unidos da América (EUA) perderam seus empregos. Na comparação com a população economicamente ativa do país, é a pior taxa desde 1982. Em novembro e dezembro, houve mais de 1,1 milhão de vagas cortadas. A taxa de desemprego subiu de 6,8% para 7,2% no mês passado, a mais alta em 16 anos. O número de desempregados nos EUA supera os 11 milhões, com perdas fortes em praticamente todos os setores. Os dados aumentam a pressão sobre o recém-empossado presidente Barack Obama. Estudo mostra que o desemprego de imigrantes latinos nos EUA cresceu quase o dobro do aumento da taxa entre os não-latinos.

Folha de S.Paulo, 10/1/2009, capa (com adaptações).

A piora na crise econômica levou o Brasil a registrar em dezembro o pior resultado para o emprego com carteira assinada em 10 anos. O Ministério do Trabalho e Emprego revelou que foram fechados 654.946 postos de trabalho em dezembro, o pior resultado desde 1992.

Jornal do Brasil, 20/1/2009, p. A21 (com adaptações).

QUESTÃO 26

Iniciada nos EUA, a atual crise econômica dissemina-se mundialmente. Sabe-se que uma das principais razões para que isso ocorra encontra-se no próprio estágio alcançado pela economia contemporânea, comumente chamado de globalização, que tem, entre suas características mais marcantes,

- A a ampliação dos mercados mundiais e a crescente interdependência entre os atores que nele atuam.
- B o enrijecimento do conceito de fronteiras nacionais, que incentiva as práticas econômicas liberais.
- C a ausência de mecanismos de regulação do comércio internacional, que leva ao rigor protecionista.
- D a distribuição mais equânime da riqueza produzida, que reduz os níveis de pobreza no mundo.
- E o desaparecimento gradual da liberdade de circulação de produtos e de capitais pelos mercados.

QUESTÃO 27

A respeito da atual crise econômica mundial, com base nos textos acima, assinale a opção correta.

- A Embora grave, a crise permanece centrada em alguns setores da economia.
- B Hoje, já existe consenso quanto à dimensão e aos desdobramentos da crise.
- C No Brasil de hoje, o desemprego atinge, sobretudo, a economia informal.
- D Apoiado por George W. Bush, Barack Obama foi eleito antes que a crise explodisse nos EUA.
- E A perda do emprego é a face social dramática das grandes crises econômicas.

QUESTÃO 28

Em meio à impressionante expectativa positiva, em seu país e no exterior, Barack Obama tomou posse em janeiro de 2009 como o 44.º presidente dos EUA. Muito desse sentimento se deve ao ineditismo que envolve sua eleição, como o fato de ser o primeiro presidente norte-americano

- A filho de pais estrangeiros e que tem o inglês como segunda língua.
- B recrutado fora da elite política do país e avesso ao bipartidarismo vigente.
- C a ter uma mulher, Hillary Clinton, como companheira de chapa.
- D negro, a coroar a luta pela igualdade racial empunhada por Martin Luther King.
- E mestiço, imigrante, católico e neófito em campanhas eleitorais.

Texto para as questões 29 e 30

Os países do Oriente Médio são construções políticas artificiais, impostas. A herança colonial deu lugar a um equilíbrio instável, que, de tempos em tempos, é transmutado em guerras. Não sou otimista. Gaza poderá ser vista como escaramuça preparatória de um grande conflito que está em gestação. Os interesses de Israel e do Irã não têm denominador comum.

César Benjamin. Gaza pode prenunciar grande conflito. In: Folha de S.Paulo, 10/1/2009, capa (com adaptações).

QUESTÃO 29

Reconhecidamente uma das mais — se não a mais — explosivas regiões do mundo contemporâneo, o Oriente Médio tem, ao lado de significativas implicações políticas, culturais e religiosas, importância estratégica para a economia mundial por

- A ser a rota natural de comércio entre a África e o continente americano.
- B deter boa parte das reservas petrolíferas que impulsionam o sistema produtivo mundial.
- C concentrar os grandes contingentes populacionais adeptos da religião islâmica.
- D ser o maior mercado consumidor de produtos europeus, japoneses e norte-americanos.
- E financiar, quase que integralmente, o atual surto de desenvolvimento da China.

QUESTÃO 30

A partir da leitura do texto acima e considerando o cenário do Oriente Médio, assinale a opção correta.

- A A inexistência efetiva de um Estado palestino é vista por muitos como fator desestabilizante e gerador de crises sucessivas na região.
- B A estabilidade política hoje apresentada pelos países do Oriente Médio decorre do modelo de colonização europeia sobre a região.
- C Enquanto Israel é uma teocracia, o Irã apresenta-se como Estado laico desde a vitória da revolução liderada pelo aiatolá Khomeini.
- D O radical Hamas, que prega a destruição de Israel, chegou ao poder em Gaza ao impor-se militarmente, sem se sujeitar a eleições.
- E O texto sugere que o quadro de guerra que envolve a Faixa de Gaza esgota-se em si mesmo e deverá ser solucionado em breve.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Uma empregada da CAIXA foi transferida, de ofício, de Brasília para a cidade de Fortaleza/CE. O seu esposo, servidor da Receita Federal do Brasil, requereu ao seu órgão sua remoção para a capital cearense, justificando seu pedido com base na transferência da esposa. No entanto, o requerimento foi indeferido.

Com base nessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não assiste razão ao servidor público, uma vez que a remoção para acompanhar cônjuge é devida apenas na hipótese de os dois agentes serem servidores regidos pela Lei n.º 8.112/1990.
- Ⓑ Tendo sido o pedido indeferido pela Receita Federal, cabe à empregada da CAIXA impetrar mandado de segurança para garantir a sua permanência em Brasília por respeito à unidade familiar prevista na CF.
- Ⓒ Não há impedimento para que seja concedida a pleiteada remoção pelo simples fato de os regimes jurídicos serem distintos; no entanto, o deferimento do pedido condiciona-se à existência de vagas.
- Ⓓ Em razão da especial proteção que a CF garante à família, o requerimento formulado pelo servidor da Receita Federal deveria ter sido deferido, independentemente da existência de vagas.
- Ⓔ O direito à pleiteada remoção é controvertido, razão pela qual não seria cabível a impetração de mandado de segurança para garanti-lo, uma vez que a ação mandamental exige certeza jurídica quanto à pretensão nele ventilada.

QUESTÃO 32

Acerca dos princípios de direito administrativo, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Não se trata de exigência desproporcional e desarrazoada a cláusula que determina que conste nos comunicados oficiais o custo da publicidade veiculada.
- Ⓑ Não pode ser invocado o princípio da isonomia com o pretexto de se conseguir a manutenção de benefício ilegalmente concedido a servidor.
- Ⓒ Os princípios gerais regentes da administração pública, previstos na CF, podem ser invocados no âmbito da administração de pessoal militar.
- Ⓓ O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a administração nada pode fazer senão o que a lei determina.
- Ⓔ A rigor, o princípio da finalidade não é uma decorrência do princípio da legalidade, correspondendo à aplicação da lei na conformidade de sua razão de ser.

QUESTÃO 33

Assinale a opção correta em relação aos poderes administrativos e à organização administrativa.

- Ⓐ O poder vinculado significa que a lei deixou propositadamente certa faixa de opção para o exercício da vontade psicológica do agente, limitado entretanto a escolha dos meios e da oportunidade para a concretização do ato administrativo.
- Ⓑ O poder discricionário é conferido à administração de forma expressa e explícita, com a norma legal já trazendo em si própria a determinação dos elementos e requisitos para a prática dos respectivos atos.
- Ⓒ O poder disciplinar consiste em distribuir e escalonar as funções, ordenar e rever as atuações e estabelecer as relações de subordinação entre os órgãos, inclusive seus agentes.
- Ⓓ Pela desconcentração rompe-se uma unidade personalizada e não há vínculo hierárquico entre a administração central e a pessoa estatal descentralizada. Assim, a segunda não é subordinada à primeira.
- Ⓔ A descentralização pressupõe pessoas jurídicas diversas: a que originalmente tem ou teria titulação sobre certa atividade e aquela a que foi atribuído o desempenho da atividade em causa.

QUESTÃO 34

A respeito dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Segundo a doutrina majoritária, sujeito, motivo, finalidade, causa e forma são pressupostos de existência do ato administrativo; objeto e pertinência do ato, pressupostos de validade.
- Ⓑ São elementos do ato administrativo o conteúdo (ou objeto) e a forma (ou formalização), os dois de índole obrigatória, sendo certo que a forma é o revestimento exterior do ato.
- Ⓒ Motivo ou móvel são expressões sinônimas, significando a realidade objetiva e externa do agente que corresponde àquilo que suscita a vontade da administração pública.
- Ⓓ São atributos do ato administrativo: a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a executoriedade, sendo este último a qualidade pela qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- Ⓔ Os efeitos atípicos dos atos administrativos subdividem-se em prodrômicos e reflexos. Os primeiros existem enquanto perdura a situação de pendência do ato; os segundos atingem terceiros não objetivados pelo ato.

QUESTÃO 35

Acerca dos serviços públicos que devem ser prestados pelo Estado e das normas que regem as licitações, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quanto ao objeto, os serviços públicos serão administrativos, executados pelo Estado para atender necessidades coletivas de ordem econômica, e industriais, que se destinam a atender as próprias necessidades da administração.
- Ⓑ Quanto à exclusividade da titularidade, os serviços públicos serão *uti universi*, de utilização coletiva e imensurável, e *uti singuli*, de utilização particular e mensurável.
- Ⓒ Se a administração pública deixar de efetuar os pagamentos devidos por mais de noventa dias, pode o particular contratado, licitamente, suspender a execução do contrato, com fundamento na cláusula *exceptio non adimpleti contractus*.
- Ⓓ Quanto à utilização, os serviços públicos serão privativos, prestados em regime de monopólio pelo Estado, e não privativos, prestados pelo Estado ou por entidade particular.
- Ⓔ É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição, especialmente para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por representante comercial exclusivo.

QUESTÃO 36

A respeito do controle da administração e da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, atribuindo a jurisprudência legitimação passiva concorrente entre a administração e o agente que praticou o ato ilícito para a ação judicial reparatória.
- Ⓑ A jurisprudência do STF não admite a responsabilização civil do Estado pelo crime cometido por foragido de penitenciária, uma vez que, nessas hipóteses, não há nexo de causalidade entre o delito e a eventual omissão do Estado em vigiar seus custodiados, afastando-se a indenização patrimonial à vítima.
- Ⓒ Restando configurada a omissão, permanente e reiterada, por parte do Estado, em prestar o adequado serviço de policiamento ostensivo, nos locais notoriamente passíveis de práticas criminosas violentas, é possível condenar a administração a custear tratamento médico de vítima de assalto.
- Ⓓ O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do TCU, que, por não ser órgão jurisdicional, não está autorizado a apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
- Ⓔ O controle interno é aquele exercido exclusivamente pelos órgãos do Poder Executivo, na relação de subordinação hierárquica, sobre seus próprios atos e agentes, ou por sistema de auditoria que acompanha as atividades, principalmente de legalidade da despesa pública.

QUESTÃO 37

À luz do direito constitucional e da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Desde que previsto expressamente na constituição estadual, é possível a garantia de foro especial por prerrogativa de função a delegados de polícia civil.
- Ⓑ É admissível a interposição de recursos por entidade que tenha figurado na qualidade de *amicus curiae* nos processos objetivos de controle de constitucionalidade.
- Ⓒ É de competência exclusiva da União legislar sobre produção e consumo, razão pela qual contraria a CF lei estadual que proíba o uso de amianto nos limites territoriais do respectivo estado-membro.
- Ⓓ Apesar de possuir amplos poderes investigatórios, CPI não pode indiciar juízes por fatos relativos à atividade tipicamente jurisdicional, que é absolutamente imune à investigação realizada por CPI.
- Ⓔ Para que se evite desrespeito indireto a suas decisões, o STF firmou jurisprudência no sentido de que a revogação superveniente do ato estatal impugnado não provoca a extinção do processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade.

QUESTÃO 38

Assinale a opção correta a respeito do direito constitucional.

- Ⓐ A publicação da lei de conversão prejudica a análise de eventuais vícios formais da medida provisória no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade.
- Ⓑ Compete ao estado-membro legislar sobre a ordem de vocação sucessória dos cargos de prefeito e vice-prefeito, em caso de dupla vacância.
- Ⓒ É constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- Ⓓ No âmbito da ação direta de inconstitucionalidade, não é possível o reconhecimento da inconstitucionalidade de diploma legislativo já revogado.
- Ⓔ É possível em determinadas situações a utilização da ação civil pública como instrumento de fiscalização incidental de constitucionalidade pela via difusa.

QUESTÃO 39

Acerca dos sentidos, dos elementos e das classificações atribuídos pela doutrina às constituições, assinale a opção correta.

- Ⓐ O elemento de estabilização constitucional é consagrado nas normas destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da Constituição, do Estado e das instituições democráticas.
- Ⓑ O elemento socioideológico é assim denominado porque limita a ação dos poderes estatais e dá a tônica do estado de direito, consubstanciando o elenco dos direitos e garantias fundamentais.
- Ⓒ Quanto à forma, diz-se formal a constituição cujo texto é composto por normas materialmente constitucionais e disposições diversas que não tenham relação direta com a organização do Estado.
- Ⓓ Segundo o sentido sociológico da constituição, na concepção de Ferdinand Lassalle, o texto constitucional equivale à norma positiva suprema, que regula a criação de outras normas.
- Ⓔ Segundo o sentido político da constituição, na concepção de Carl Schmitt, o texto constitucional equivale à soma dos fatores reais de poder, não passando de uma folha de papel.

QUESTÃO 40

A respeito das normas constitucionais, assinale a opção **incorreta**.

- A** Dizem-se operativos os preceitos constitucionais que são dotados de eficácia imediata ou, pelo menos, de eficácia não dependente de condições institucionais ou de fato. Por outro lado, as normas programáticas são as que definem objetivos cuja concretização depende de providências situadas fora ou além do texto constitucional.
- B** Quanto à matéria que disciplinam, as disposições constitucionais podem ser classificadas em normas de organização, que dispõem sobre a ordenação dos poderes do Estado, sua estrutura, competência, articulação recíproca e o estatuto dos seus titulares, e normas definidoras de direitos, que traçam os direitos fundamentais dos jurisdicionados.
- C** Quanto à classificação das normas, a doutrina é unânime em afirmar que se pode realizar com segurança a distinção entre normas constitucionais materiais e formais. As primeiras veiculam regras que tratam da essência da constituição, tais como as que dizem respeito aos limites e atribuições dos poderes políticos; as segundas, regras de conteúdo variado.
- D** Consideram-se autoexecutáveis as disposições constitucionais bastantes em si, completas e suficientemente precisas na sua hipótese de incidência e na sua disposição, aquelas que ministram os meios pelos quais se possa exercer ou proteger o direito que conferem, ou cumprir o dever e desempenhar o encargo que elas impõem.
- E** Os preceitos não autoaplicáveis são as disposições constitucionais incompletas ou insuficientes, para cuja execução se faz indispensável a mediação do legislador, editando normas infraconstitucionais regulamentadoras.

QUESTÃO 41

Em relação ao STF, assinale a opção correta.

- A** Seus ministros serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples dos senadores.
- B** É sua competência conceder medida cautelar para dar efeito suspensivo a recurso extraordinário que ainda não foi objeto de juízo de admissibilidade na origem.
- C** Compete ao STF acolher originariamente o mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
- D** É cabível, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência, mesmo que o ato atacado já tenha transitado em julgado.
- E** Segundo a CF, compete ao STF julgar, em recurso ordinário, o denominado crime político.

QUESTÃO 42

Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- A** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- B** A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, estaduais e municipais.
- C** Tratando-se de diligência determinada judicialmente para a busca e apreensão em residência, a participação da polícia militar não contamina o ato, em que pese não exercer a função de polícia judiciária.
- D** Compete à Polícia Federal exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União, sendo certo que cabe às polícias civis exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- E** A organização e o funcionamento dos órgãos federais responsáveis pela segurança pública serão disciplinados mediante decreto do presidente da República, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

QUESTÃO 43

Considerando que a Defensoria Pública da União em Natal (RN) tenha ajuizado ação civil pública para compelir a União, o estado do Rio Grande do Norte e o referido município a garantir o acesso das crianças nele residentes a creches e ao ensino pré-escolar, assinale a opção correta a respeito dessa situação hipotética e da ordem social nos termos da CF.

- A** A ação em apreço não deverá ser acolhida, em respeito ao princípio da separação dos poderes, uma vez que não é permitido ao Poder Judiciário conduzir políticas públicas exclusivas do Poder Executivo.
- B** A CF garante o acesso a educação infantil, em creches e pré-escola, às crianças de até seis anos de idade, sendo ainda dever do Estado assegurar a elas o direito à alimentação.
- C** Cabe, primariamente, aos Poderes Legislativo e Executivo a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, no entanto, revela-se possível ao Poder Judiciário, excepcionalmente, determinar a implementação de tais políticas.
- D** Segundo a CF, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, organizando seus sistemas de ensino.
- E** O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e o acesso ao ensino religioso, de matrícula obrigatória.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta em relação ao poder constituinte.

- A Como o poder constituinte originário inaugura uma nova ordem jurídica, todas as normas infraconstitucionais perdem vigor com o advento da nova constituição.
- B No âmbito do controle de constitucionalidade, o efeito de se considerar uma norma revogada é o mesmo que declarar sua inconstitucionalidade superveniente.
- C O poder constituinte de reforma não é inicial, nem incondicionado nem ilimitado, no entanto, não está subordinado ao poder constituinte originário.
- D O caráter ilimitado do poder constituinte originário deve ser entendido em termos, pois haverá limitações, por exemplo, de índole religiosa e cultural.
- E Ainda que haja projeto de emenda constitucional desrespeitosa de cláusula pétrea, não é cabível mandado de segurança para impedir sua tramitação.

QUESTÃO 45

Acerca do STF, do STJ, dos TRFs, dos tribunais de justiça e dos juízes federais, assinale a opção correta.

- A Tratando-se de ação penal originária de competência de tribunal de justiça ou de TRF, a jurisprudência do STJ entende que não é garantido ao réu o duplo grau de jurisdição obrigatório.
- B Caso um governador de estado e o seu motorista se unissem para a prática de um furto contra bens da União, caberia ao STJ julgar o governador, e ao juiz federal do local do delito julgar o corréu.
- C Compete privativamente ao STF processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, por crimes comuns e de responsabilidade.
- D Se um traficante trazer dois quilos de cocaína em vôo comercial de Brasília para Natal e for preso em flagrante ao desembarcar, competirá à justiça federal processar e julgar o delito, por se tratar de crime cometido a bordo de aeronave.
- E Compete ao tribunal de justiça estadual processar e julgar o membro de tribunal de contas municipal por crimes comuns e de responsabilidade, exceto na hipótese de crime afeto à competência da justiça eleitoral.

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta com relação às funções essenciais à justiça.

- A O fato de o promotor de justiça que ofereceu a denúncia ter acompanhado a lavratura do auto de prisão em flagrante e os demais atos investigatórios induz a nulidade da ação penal, uma vez que resta ferido o princípio da imparcialidade, de forma que, para que isso não ocorresse, caberia ao procurador-geral de justiça designar outro membro para oferecer a peça acusatória e acompanhar a ação penal.
- B Os três anos de atividade jurídica exigidos pela CF ao candidato para inscrição definitiva em concurso de ingresso na carreira do MP contam-se da data da colação de grau e não da conclusão do curso superior de direito, e incluem o tempo de curso de pós-graduação na área jurídica concluído com êxito pelo candidato.
- C A jurisprudência do STF está alinhada no sentido de que o advogado tem imunidade profissional, não constituindo calúnia, injúria e difamação qualquer manifestação de sua parte no exercício dessa atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo de sanções disciplinares perante a OAB.
- D De acordo com a jurisprudência do STF, o MP tem legitimidade ativa *ad causam* para requerer a internação compulsória, para tratamento de saúde, de pessoa vítima de alcoolismo, ainda que exista defensoria pública com atuação efetiva no local, uma vez que o direito em questão é indisponível.
- E Caso um advogado tenha impetrado *habeas corpus* ao órgão competente em favor de determinado desembargador, que havia sido indiciado em IP por autoridade policial pela suposta prática do crime de estelionato, a ordem deverá ser concedida, pois cabe ao STJ o processo e o julgamento da ação penal bem como a condução do IP.

QUESTÃO 47

Em relação ao Sistema Tributário Nacional e à jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A O ordenamento jurídico brasileiro admite a instituição de taxa para o custeio de serviços prestados por órgãos de segurança pública, na medida em que tal atividade, por ser essencial, pode ser financiada por qualquer espécie de tributo existente.
- B As taxas cobradas em razão exclusivamente dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis são constitucionais, no entanto é inconstitucional a cobrança de valores tidos como taxa em razão de serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos.
- C O STF firmou orientação no sentido de que as custas judiciais e os emolumentos concernentes aos serviços notariais e registrais não possuem natureza tributária, uma vez que não se enquadram em nenhuma das espécies tributárias previstas na CF.
- D As normas relativas à prescrição e à decadência tributárias têm natureza de normas específicas de direito tributário, cuja disciplina é reservada a lei ordinária, sendo certo que as contribuições previdenciárias prescrevem em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.
- E Os cemitérios que consubstanciam extensões de entidades de cunho religioso não estão abrangidos pela imunidade tributária prevista na CF, uma vez que as normas que tratam de renúncia fiscal devem ser interpretadas restritivamente.

QUESTÃO 48

Acerca do imposto de transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, assinale a opção **incorreta**.

- A É vedada a atualização de seu valor por índice de correção estadual.
- B Deve ser calculado sobre o valor dos bens na data da avaliação.
- C Não incide sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante.
- D Não é exigível antes da homologação do cálculo do valor devido.
- E É legítima sua incidência no inventário por morte presumida.

QUESTÃO 49

Com relação às limitações do poder de tributar, assinale a opção correta.

- A A decisão judicial que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício faz coisa julgada em relação aos posteriores, em respeito aos princípios da separação dos poderes e da autoridade da coisa julgada.
- B Segundo entendimento jurisprudencial dominante do STF, a revogação de isenção tributária tem sido equiparada à instituição ou majoração de tributo, só podendo surtir efeitos no exercício financeiro seguinte.
- C A aquisição de mercadorias no mercado interno por pessoa jurídica que possui imunidade tributária deve-se sujeitar à tributação pelo ICMS, ainda que os bens adquiridos passem a integrar o patrimônio da adquirente.
- D A imunidade tributária recíproca prevista na CF não se estende às empresas públicas, ainda que atuem em regime de monopólio, pois tal benesse não é extensível ao setor privado.
- E Lei complementar estadual que isente os membros do MP do pagamento de custas judiciais, notariais, cartorárias e quaisquer taxas ou emolumentos fere o princípio da igualdade de tratamento aos contribuintes.

QUESTÃO 50

Acerca da repartição das receitas tributárias, assinale a opção correta.

- A O repasse da quota constitucionalmente devida aos municípios a título de ICMS pode sujeitar-se à condição prevista em programa de benefício fiscal de âmbito estadual.
- B Pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do ICMS do estado.
- C Pertence aos municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- D Pertencem aos estados 50% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir com base no exercício de sua competência residual que lhe é atribuída pela CF.
- E A União entregará do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza 22,5% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

QUESTÃO 51

A respeito dos institutos de direito financeiro, assinale a opção correta.

- A É possível a edição de medidas provisórias para a abertura de créditos destinados a prover despesas correntes.
- B Receita originária é caracterizada pelo constrangimento legal para sua arrecadação, tais como os tributos.
- C Receita derivada é aquela que advém da exploração, pelo Estado, da atividade econômica.
- D São iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre matéria orçamentária.
- E Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o exercício financeiro não coincidirá necessariamente com o ano civil.

QUESTÃO 52

Considerando que Maria tenha desaparecido de seu domicílio sem ter deixado notícia, assinale a opção correta.

- A O cônjuge de Maria será considerado seu legítimo procurador, ainda que dela separado judicialmente, antes de ser declarada a ausência dela.
- B Caso Maria tenha deixado procurador, após um ano da arrecadação de seus bens, os credores de obrigações vencidas ou não, e não pagas, poderão requerer que se declare a ausência dela e se abra provisoriamente a sucessão.
- C Na falta de cônjuge, a curadoria dos bens deixados por Maria deve ser incumbida aos seus filhos, ainda que seus pais estejam vivos.
- D O cônjuge de Maria será considerado seu legítimo procurador, ainda que separado de fato por um ano, antes de ser declarada a ausência dela.
- E Na falta de cônjuge, descendentes ou ascendentes, o MP estadual escolherá o curador dos bens deixados por Maria.

QUESTÃO 53

Considerando que determinado grupo de pessoas constitua uma associação, assinale a opção correta.

- A Entre os associados, haverá direitos e obrigações recíprocos.
- B O estatuto da associação poderá instituir categorias de associados com vantagens especiais.
- C A exclusão de associado será inadmissível, pois associação não pode excluir associado.
- D O estatuto da associação não poderá dispor sobre a transmissibilidade da qualidade de associado.
- E A associação desse grupo de pessoas deverá ter fim estritamente econômico.

QUESTÃO 54

Acerca de domicílio, segundo o direito civil, assinale a opção correta.

- A** Na hipótese de João e Pedro celebrarem contrato escrito, eles poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações dele resultante.
- B** O domicílio necessário do preso é o lugar em que for preso.
- C** Se determinada pessoa for servidora pública, ela não terá domicílio necessário.
- D** Quando determinada pessoa tiver diversas residências, ela não terá domicílio.
- E** Residência é o local onde a pessoa vive com ânimo definitivo.

QUESTÃO 55

Assinale a opção correta a respeito da responsabilidade civil.

- A** Se determinada pessoa for incapaz, ela não responderá pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ela responsáveis não disponham de meios suficientes para reparar o dano causado.
- B** Quando um animal causar dano a alguém, o seu dono ressarcirá o prejuízo, exceto se provar motivo de força maior.
- C** Os pais são responsáveis pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- D** O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la são intransmissíveis com a herança.
- E** Para que os empresários individuais e as empresas sejam responsabilizados pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, a culpa por esses danos deverá ser comprovada.

QUESTÃO 56

Com relação às obrigações, segundo o direito civil, assinale a opção correta.

- A** A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios, ainda que resulte do título ou das circunstâncias do caso.
- B** Enquanto não ocorrer a tradição, a coisa pertencerá ao devedor, mas os melhoramentos e acréscidos pertencerão ao credor.
- C** Se determinada coisa restituível se deteriorar, o credor terá direito a indenização, mesmo sem a culpa do devedor.
- D** Nas obrigações de dar coisa incerta, determinada pelo gênero e pela qualidade, a escolha pertence ao credor.
- E** Se determinada coisa se perder por culpa do devedor, este responderá pelo equivalente, mais perdas e danos.

QUESTÃO 57

A respeito da aquisição de propriedade, assinale a opção correta.

- A** A propriedade das coisas móveis é transferida por negócios jurídicos antes da tradição.
- B** Ainda que a ocupação seja defesa em lei, se alguém se assenhorear de coisa sem dono, adquirir-lhe-á a propriedade.
- C** A tradição transfere a propriedade, ainda que tenha por título um negócio jurídico nulo.
- D** Se determinada pessoa possuir coisa móvel como sua por dois anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- E** Se determinada pessoa possuir coisa móvel como sua por cinco anos, produzirá usucapião, independentemente de título e boa-fé.

QUESTÃO 58

Cabe ao legislador, na sua propícia função, proteger os mais diferentes tipos de bens jurídicos, cominando as respectivas sanções, de acordo com a importância para a sociedade. Assim, haverá o ilícito administrativo, o civil, o penal etc. Este último é o que interessa ao direito penal, justamente por proteger os bens jurídicos mais importantes (vida, liberdade, patrimônio, liberdade sexual, administração pública etc.). O direito penal

- A** tem natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.
- B** tem natureza minimalista, pois se ocupa, inclusive, dos bens jurídicos de valor irrisório.
- C** tem natureza burguesa, pois se volta, exclusivamente, para a proteção daqueles que gerenciam o poder produtivo e a economia estatal.
- D** é ramo do direito público e privado, pois protege bens que pertencem ao Estado, assim como aqueles de propriedade individualizada.
- E** admite a perquirição estatal por crimes não previstos estritamente em lei, assim como a retroação da *lex gravior*.

QUESTÃO 59

Assinale a opção correta com relação à lei penal no tempo e no espaço, à interpretação da lei penal e à imputabilidade penal.

- A** Caso uma empresa do ramo de madeireiras, após cometer toda ordem de crimes ambientais, tenha IP aberto contra si, a perquirição estatal deverá voltar-se contra crimes ambientais em tese praticados por pessoa jurídica, não podendo alcançar qualquer sócio ou diretor, pois não há, na legislação pátria, suporte jurídico para a chamada teoria da dupla imputação.
- B** Considere a seguinte situação hipotética. Gilberto, atualmente processado por crime não violento contra a liberdade sexual praticado, em tese, antes da Lei n.º 11.106/2005, que revogou o inciso VII do art. 107 do CP (rol das causas extintivas da punibilidade), requereu que fosse reconhecida a causa extintiva, haja vista que casara com a dita vítima. Nessa situação, conforme o entendimento mais recente do STF, o juiz deverá indeferir o pedido de Gilberto, já que o aludido inciso só poderia ser aplicado se já não estivesse, atualmente, revogado pela Lei n.º 11.106/2005.
- C** Considere a seguinte situação hipotética. Bira, auxiliado por Giovane, sequestrou sua própria vizinha. Ocorreu que, em virtude de a família da vítima se negar a pagar o resgate, passaram-se mais de 15 dias desde o início do cativeiro. Nesse termo, ou seja, durante o período em que a vítima esteve sob a custódia dos réus, foi publicada lei nova (com vigência e eficácia imediata), aumentando a pena do crime em questão. Nessa situação, de acordo com a posição sumulada do STF, não será aplicada a lei nova em virtude da obrigatória aplicação da lei mais benéfica.
- D** Caso um cidadão alemão, dentro de uma embarcação da Marinha Mercante Brasileira, ancorada em porto holandês (local onde, em tese, não se pune o aborto), contribua para que sua esposa, francesa, pratique o abortamento, o território brasileiro não será considerado local de ocorrência da conduta, pois o navio estava ancorado em águas estrangeiras.
- E** No sistema jurídico brasileiro, a lei é a expressão máxima do positivismo, não sendo possível outras formas de expressão do direito.

QUESTÃO 60

Em relação ao concurso de crimes e à extinção de punibilidade, julgue os itens subsequentes.

- I** Ocorre o concurso material quando o agente, mediante mais de uma conduta, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, situação em que as penas são cumuladas.
- II** A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinada pelo CP, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
- III** Havendo um concurso formal de crimes, quanto à pena de multa, aplica-se o sistema de cumulação material, ou seja, são elas impostas distinta e integralmente, sem que se fale no sistema da exasperação, que é voltado apenas para as penas privativas de liberdade.
- IV** Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- V** No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- VI** No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave. Porém, no que se refere à prescrição, as penas mais leves prescrevem com as mais graves.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 2.
B 3.
C 4.
D 5.
E 6.

QUESTÃO 61

A legítima defesa putativa exclui a

- A** punibilidade em abstrato.
B ilicitude.
C culpabilidade.
D tipicidade.
E punibilidade em concreto.

QUESTÃO 62

Julgue os itens abaixo, relativos à extinção da punibilidade e aos crimes contra o patrimônio e aos costumes.

- I O perdão judicial é uma causa extintiva da punibilidade, prevista em lei, taxativamente, para determinados crimes, que prescinde de aceitação. Como só pode ser reconhecido após o devido processo legal, é impossível seu reconhecimento na fase de IP.
- II Caso alguém, inconformado com múltiplas reprovações no vestibular de direito de uma universidade federal, resolva se valer da chamada cola eletrônica e contrate serviços de um terceiro que, longe da sala do concurso, através de contato sonoro por ponto eletrônico, estratégica e clandestinamente colocado na orelha do candidato, repasse as respostas corretas, tal conduta, de acordo com a posição atual do STF, poderá ser tipificada como estelionato.
- III A prescrição penal é aplicável nas medidas socioeducativas.
- IV Se dois indivíduos primários, em conluio, ajustarem e executarem subtração de um objeto de valor ligeiramente aquém de um salário mínimo e, durante o processo, resolverem confessar a conduta, assim como a prévia combinação de ambos, de acordo com a posição mais recente do STJ, em que pese os dois acusados serem primários e a coisa subtraída ser de pequeno valor, não será possível o reconhecimento do privilégio atinente a essas condições, pois esse instituto é incompatível com o furto qualificado pelo concurso de agentes.
- V Prevalece na jurisprudência dos tribunais superiores que a presunção de violência nos crimes sexuais tem caráter absoluto por ser, justamente, um instrumento legal criado para proteger a liberdade sexual dos menores de catorze anos. Além disso, é prevalente também que os acusados desses crimes devem ser apenados com a agravante genérica em razão da menoridade da vítima, seja o delito praticado com violência real ou presumida.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 63

Assinale a opção correta com relação à interpretação da lei penal, dos crimes contra a pessoa e a paz pública.

- A Na legislação brasileira, não se mostra possível a existência de um homicídio qualificado-privilegiado, uma vez que as causas qualificadoras, por serem de caráter subjetivo, tornam-se incompatíveis com o privilégio. Além disso, a própria posição topográfica da circunstância privilegiadora parece indicar que ela não se aplicaria aos homicídios qualificados.
- B Considere a seguinte situação hipotética. Diego e Márcio, adultos, resolveram testar suas respectivas sortes, instigando, um ao outro, a participar de roleta russa. Em hora e local combinados, diante de um revólver municiado com apenas um projétil, cada qual começou a puxar o gatilho contra sua própria cabeça, até que Márcio fındou por se suicidar. Nessa situação, Diego não responderá por nada, pois não se pune a autoeliminação da vida.
- C A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- D A reincidência, prevista no CP como agravante genérica, influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- E O crime de quadrilha ou bando é formal e autônomo, mas sua consumação depende da realização dos crimes ulteriores visados.

QUESTÃO 64

A respeito dos crimes contra o patrimônio, a família, os costumes e a incolumidade pública, assinale a opção correta.

- A A utilização de papel-moeda falsificado configura, sempre, o crime de estelionato.
- B Fica caracterizado o crime de corrupção de menores previsto no CP quando o agente induz menor a, apenas, presenciar atos de libidinagem.
- C Se um homem, companheiro de Alfa por cinco anos, com quem tem dois filhos, resolver propor casamento a Beta e, de fato, contrair matrimônio com esta, cometerá o crime de bigamia.
- D Considere a seguinte situação hipotética. Juvenal, achando que a casa de sua chácara estava mal-assombrada, resolveu atear fogo na residência. Em dia e local combinado com todos os familiares e empregados do imóvel, em meio à zona rural, dentro de sua vasta propriedade, Juvenal, de fato, causou o incêndio, sem, porém, expor a vida, a integridade física ou o patrimônio de ninguém. Nessa situação, deve o autor do incêndio responder pelo crime de incêndio, pois sua conduta foi dolosa e esse crime não exige perigo comum.
- E Caso um estudante de medicina resolva, clandestinamente, entrar nas dependências da sua faculdade e de lá subtrair um cadáver utilizado para estudos acadêmicos, deve responder por crime de furto, pois, nesse contexto, o cadáver se equipara a coisa alheia móvel.

QUESTÃO 65

Acerca da sujeição ativa e passiva da infração penal, assinale a opção correta.

- A Doentes mentais, desde que maiores de dezoito anos de idade, têm capacidade penal ativa.
- B É possível que os mortos figurem como sujeito passivo em determinados crimes, como, por exemplo, no delito de vilipêndio a cadáver.
- C No estelionato com fraude para recebimento de seguro, em que o agente se autolesiona no afã de receber prêmio, é possível se concluir que se reúnem, na mesma pessoa, as sujeições ativa e passiva da infração.
- D No crime de autoaborto, a gestante é, ao mesmo tempo e em razão da mesma conduta, autora do crime e sujeito passivo.
- E O Estado costuma figurar, constantemente, na sujeição passiva dos crimes, salvo, porém, quando se tratar de delito perquirido por iniciativa exclusiva da vítima, em que não há nenhum interesse estatal, apenas do ofendido.

QUESTÃO 66

Assinale a opção correta no que concerne às discriminantes.

- A O agente que, em legítima defesa, disparar contra seu agressor, mas, por erro, alvejar um terceiro inocente, não responderá por qualquer consequência penal ou civil.
- B A atuação em estado de necessidade só é possível se ocorrer na defesa de direito próprio, não se admitindo tamanha excludente se a atuação destinar-se a proteger direito alheio.
- C Na legítima defesa, toda vez que o agente se utilizar de um meio desnecessário, este será também imoderado.
- D Não é possível a legítima defesa contra estado de necessidade.
- E Não é possível legítima defesa real contra quem está em legítima defesa putativa.

QUESTÃO 67

Levando em conta as disposições do CP e a interpretação do STF, assinale a opção correta.

- A Mostra-se pacífico nos tribunais, sobretudo no STF, que é possível, no roubo, a aplicação da causa de aumento de pena do emprego de arma, quando esta não for apreendida nem periciada.
- B É possível a substituição de pena de réu reincidente (reincidência genérica) que for condenado por crime não violento com pena igual ou inferior a quatro anos, desde que a aludida reincidência não seja oriunda da prática do mesmo crime e a medida seja socialmente recomendável.
- C Na hipótese chamada de roubo frustrado em que o agente subtraia coisa da vítima, mas seja, logo após, perseguido e preso em flagrante por terceira pessoa, com integral recuperação da *res*, ocorre crime na modalidade tentada.
- D Nos crimes contra a administração pública, o CP não prevê nenhum requisito para a progressão de regime vinculado à reparação do dano ou à devolução do produto do ilícito praticado.
- E Apenas bens públicos são objeto material do crime de peculato, não sendo possível, jamais, que esse crime atinja bens particulares.

QUESTÃO 68

Assinale a opção correta em relação ao IP.

- A No sistema processual brasileiro, considerando que o magistrado não pode participar de processo em que se tenha manifestado anteriormente, é defeso a ministro de tribunal superior ser relator de ação penal originária em que tenha presidido o antecedente IP.
- B É possível que o magistrado, em busca da verdade real, determine diligências em IP, mesmo na situação de crime de ação penal pública incondicionada em que o membro do MP já tenha pugnado pelo arquivamento dos autos.
- C Não é possível que autoridade policial, de ofício, investigue e indicie pessoa com foro especial, sem a devida supervisão de magistrado naturalmente competente para julgar tal detentor de prerrogativa funcional.
- D De acordo com a posição do STF, a decisão de arquivamento de IP, em razão de atipicidade, uma vez preclusa, gera coisa julgada material, impedindo a reabertura da causa pelo mesmo fato, salvo se o juiz prolator da decisão for absolutamente incompetente.
- E De acordo com a opinião sumulada do STJ, a participação de membro do MP na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

QUESTÃO 69

Acerca da competência, do IP e da citação, julgue os itens a seguir.

- I Em qualquer hipótese, a competência para o processo e julgamento do crime de redução à condição análoga à de escravo é da justiça federal.
- II Arquivado o IP, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.
- III De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, o IP é sempre sigiloso, devendo ser vedada a publicidade interna e externa inclusive para o investigado e seu defensor.
- IV A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes de competência da justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
- V No processo penal brasileiro, é inconcebível a citação por hora certa.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 70

Com base nas recentes alterações legislativas levadas a efeito no rito do tribunal do júri, julgue os itens subsequentes.

- I Deve o juiz, ao citar o denunciado, determinar que este apresente resposta escrita à acusação. Se o réu, citado, não apresentá-la, deverá o magistrado nomear defensor para que o faça, concedendo-lhe vista dos autos.
- II Atualmente, a audiência deve ser una, como regra, sendo o interrogatório o último ato da instrução.
- III Da decisão de pronúncia será cabível o recurso em sentido estrito, já para a impronúncia e para a absolvição sumária recorre-se mediante apelação.
- IV Com a nova sistemática do rito do júri, após preclusa a decisão de pronúncia, não é mais necessária a apresentação da acusação de forma articulada (libelo).
- V Atualmente, os apartes já fazem parte da legislação codificada, cabendo ao juiz presidente regulamentá-los durante os debates.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 71

Quanto à citação, interrupção da prescrição e *habeas corpus* e à produção de provas pelo TCU, analise a opção correta.

- A A citação, no processo penal, torna prevento o juízo, induz litispendência e interrompe a prescrição.
- B O prazo para o ministro da Justiça oferecer a requisição, nos casos de crime perquirido mediante ação pública condicionada, é o mesmo que o ofendido (ou seu representante) tem para representar.
- C A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o tribunal do júri vier a desclassificar o crime.
- D O *habeas corpus*, de acordo com a CF, será de competência do STJ quando o coator for o comandante do Exército.
- E É possível que o TCU, exercendo seu mister constitucional de fiscalizar os gastos públicos, quebre o sigilo de dados bancários de pessoas, físicas ou jurídicas, por ele investigadas.

QUESTÃO 72

De acordo com CPP, assinale a opção correta com relação ao processo comum e á sentença.

- A O defensor não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente o juiz, sob pena de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- B O processo terá completada a sua formação quando o juiz receber a acusação, tendo-a por apta.
- C Na sentença condenatória, o juiz deve fixar valor para reparação integral dos danos causados pela infração, considerando o pedido e as provas demonstradas a respeito do prejuízo sofrido.
- D O rito sumaríssimo é uma espécie do gênero procedimento especial, aplicável para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- E Apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.

QUESTÃO 73

Assinale a opção correta com relação a prisões.

- A De acordo com o CPP, após uma prisão em flagrante, deve a autoridade policial que lavrar o auto providenciar, com o imediatismo possível, a comunicação para a família do preso, ou pessoa por ele indicada, ao juiz competente e à defensoria pública, no caso de não haver advogado já constituído.
- B O presidente da República não estará sujeito à prisão enquanto não sobrevier sentença condenatória transitada em julgado. Tal proteção poderá alcançar os governadores caso haja previsão nas constituições estaduais.
- C Para o STF, em entendimento sumulado, há crime no chamado delito de ensaio, sendo, por isso, seu causador suscetível de prisão em flagrante, lavratura de auto de prisão e abertura de IP, com o devido indiciamento.
- D Caso alguém, após matar sua companheira, apresente-se, voluntariamente, à autoridade policial, comunicando o ocorrido e indicando o local do crime, essa apresentação voluntária tornará inviável a prisão em flagrante assim como a preventiva, mesmo que esse indivíduo dê argumentos de que fugirá do país.
- E A prisão temporária, espécie de segregação cautelar, visa ao resguardo da investigação pré-processual, podendo ser decretada pelo juiz de ofício ou mediante requerimento do MP ou representação da autoridade policial.

QUESTÃO 74

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta.

- A Determinada CPI, criada em determinada assembleia legislativa, oficiou ao Banco Central do Brasil, requerendo a quebra de determinados sigilos bancários. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STF, o sigilo de dados previsto na CF não poderá ser quebrado, por se tratar de pleito de CPI estadual.
- B Felisberto, após intimado de sentença condenatória, resolveu impetrar um *habeas corpus* no tribunal competente, no afã de anular o processo, sob o argumento de nulidade do mesmo, haja vista o não comparecimento do membro do MP ao seu interrogatório, apesar de este ter sido devidamente intimado. Nessa situação, para a jurisprudência dominante nos tribunais superiores, a ausência do *parquet* no aludido ato processual não induz nenhum tipo de nulidade.
- C Virgínia, vítima de violência sexual, por ocasião do seu depoimento em juízo, sentindo-se deveras constrangida com a presença do acusado na sala de audiência, pugnou para ser ouvida por meio de videoconferência, uma vez que a vara judicial tinha todo o aparato eletrônico para tal. Nessa situação, o juiz só deverá deferir o pedido da ofendida se for inviável o prosseguimento da inquirição com a só retirada do réu.
- D Sebastião, réu preso, mas primário, com bons antecedentes e bom comportamento carcerário, compareceu a sessão plenária do tribunal do júri devidamente escoltado por plurais policiais que, por ordem judicial, o mantiveram algemado durante o julgamento. Nessa situação, e em outras que tais, de acordo com a jurisprudência do STF, o juiz pode manter o pronunciado com algemas quando presumir algum ato de fuga ou resistência.
- E André, condenado uma única vez, após cumprir determinado lapso da pena, beneficiou-se de determinada lei de anistia. Nessa situação, André passará a gozar do *status* de primário, uma vez que todos os efeitos oriundos da condenação restarão apagados, inclusive o dever de reparar o prejuízo cível.

QUESTÃO 75

A respeito da prova, do júri e do processo comum, assinale a opção correta.

- A Na opinião do STJ, a chamada de corrêu não pode ser levada em conta pelo juiz como um meio de prova, mesmo que em harmonia com o conjunto probatório dos autos.
- B De acordo com a jurisprudência do STF, quando da prisão cautelar de um advogado, deve-se atentar para as garantias trazidas no Estatuto da OAB, inclusive a que impõe recolhimento em sala de Estado-Maior que, em nenhuma hipótese, pode ser gradeada.
- C Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se necessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- D O STF, hodiernamente, não vem admitindo a ratificação dos atos decisórios praticados por órgão jurisdicional absolutamente incompetente.
- E Durante o julgamento em sessão plenária do júri, não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de três dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

QUESTÃO 76

A indulgência estatal que depende de decreto do presidente da República (podendo esse delegar tal competência a ministros de Estado, procurador-geral da República ou advogado-geral da União), tem caráter individual e, de regra, depende de requerimento do condenado, do MP, do Conselho Penitenciário ou de autoridade administrativa é denominada

- A anistia.
- B indulto.
- C graça.
- D asilo político.
- E extradição.

QUESTÃO 77

Assinale a opção correta com relação à sentença.

- A O crime de abuso de autoridade é de competência da justiça militar, federal ou estadual, conforme o agente seja, respectivamente, integrante das Forças Armadas, ou da polícia militar ou do corpo de bombeiros militares dos estados.
- B Sentença absolutória imprópria é aquela que condena o réu, impondo-lhe uma sanção a mais, qual seja, a medida de segurança.
- C No rito do júri, o *judicium causae* fica limitado, fática e juridicamente, à denúncia ou queixa.
- D A justiça militar estadual só julga réus militares. Por isso, o civil que praticar um crime contra as instituições militares estaduais será processado na justiça comum estadual, não na justiça militar.
- E No caso de *mutatio libelli*, o MP só aditará a denúncia se a mutação implicar tipificação mais grave.

QUESTÃO 78

Acerca do direito de representação e do processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade, assinale a opção **incorreta**.

- A O direito de representação será dirigido ao MP competente para dar início à ação penal contra a autoridade apontada como culpada, não podendo ser dirigido ao juiz ou à polícia.
- B A representação será encaminhada à autoridade superior àquela acusada de ter cometido o abuso, com competência legal para aplicar a sanção necessária, se for o caso.
- C Caso um policial e outra pessoa, não pertencente aos quadros da administração pública e com conhecimento da condição de autoridade do policial, efetuem, juntos, uma prisão ilegal, responderão ambos por abuso de autoridade.
- D É admissível a participação, ou seja, o auxílio de terceiro para o cometimento do delito de abuso de autoridade, sem que o terceiro pratique, diretamente, a figura típica.
- E O autor do abuso de autoridade está sujeito a responder pelo ato nas esferas administrativa, civil e penal. A sanção civil depende do ajuizamento da ação correspondente a ser proposta pela vítima.

QUESTÃO 79

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- A O instituto da prescrição não é compatível com a natureza não-penal das medidas socioeducativas.
- B Considere que um indivíduo tenha divulgado e publicado, pela Internet, fotografias pornográficas envolvendo crianças e que essa ação tenha ocorrido em cidade brasileira, mas o acesso ao material tenha-se dado além das fronteiras nacionais. Nesse caso, a justiça competente para o processo e o julgamento do feito será a estadual, pois o delito não se consumou no exterior.
- C Em se tratando de menor inimputável, inexistente pretensão punitiva estatal propriamente, mas apenas pretensão educativa, que é dever não só do Estado, mas da família, da comunidade e da sociedade em geral, conforme disposto expressamente na legislação de regência e na CF.
- D A internação provisória do menor não pode extrapolar o prazo de 60 dias estabelecido pelo ECA.
- E O magistrado, no momento da reavaliação da medida socioeducativa imposta, está vinculado a pareceres e relatórios técnicos, e não pode, com base na livre apreciação de outros elementos de convicção, dirimir a controvérsia.

QUESTÃO 80

Paulo e Pedro, ambos funcionários públicos, em coautoria, retardaram, contra disposição expressa de lei, ato de ofício necessário ao regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Paulo e Pedro praticaram o delito de prevaricação.
- B Os objetos jurídicos do delito praticado são a credibilidade do sistema financeiro e a proteção ao investidor.
- C O delito em espécie pode ser punido tanto na forma culposa como na dolosa.
- D No delito em questão, se Paulo, em confissão espontânea, revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa, terá a sua pena reduzida pela metade.
- E A ação penal, no crime em comento, será promovida pelo MP estadual, perante a justiça estadual.

QUESTÃO 81

Em 17/2/2005, Vitor foi surpreendido, em atitude suspeita, dentro de um veículo estacionado na via pública, por policiais militares, que lograram êxito em encontrar em poder do mesmo duas armas de fogo, sem autorização e em desacordo com determinação legal, as quais eram de sua propriedade, sendo um revólver Taurus, calibre 38, com numeração de série raspada, e uma garrucha, marca Rossi, calibre 22.

De acordo com a situação hipotética acima, com o Estatuto do Desarmamento e com a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A Vitor praticou a conduta de portar arma de fogo com numeração suprimida.
- B A conduta de ser proprietário de arma de fogo não foi abolida, temporariamente, pelo Estatuto do Desarmamento.
- C A posse pressupõe que a arma de fogo esteja fora da residência ou local de trabalho.
- D Vitor praticou a conduta de possuir arma de fogo.
- E A conduta de portar arma de fogo foi abolida, temporariamente, pelo Estatuto do Desarmamento.

QUESTÃO 82

Considerando que um indivíduo, primário, tenha sido preso em flagrante pela prática do delito de tráfico de drogas, assinale a opção correta de acordo com a legislação pertinente à matéria e com a jurisprudência do STF.

- A Em caso de condenação, o citado indivíduo terá a sua pena diminuída se, em razão da dependência, ou sob o efeito de droga, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- B Na hipótese de indeferimento do pedido de liberdade provisória do referido indivíduo, que venha a ser formulado por seu advogado, haverá, segundo o STF, violação ao princípio da não-culpabilidade.
- C Em caso de condenação por tráfico de drogas, o juiz, na fixação da pena, considerará a personalidade e a conduta social do preso, sendo, porém, indiferente a quantidade da substância entorpecente apreendida.
- D O crime de tráfico de drogas é inafiançável, mas admite o *sursis*.
- E O STF tem adotado orientação segundo a qual há proibição legal para a concessão da liberdade provisória em favor dos sujeitos ativos do crime de tráfico ilícito de drogas.

QUESTÃO 83

De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a opção correta.

- A O trabalho externo é inadmissível para os presos em regime fechado, tendo em vista o alto grau de periculosidade dos condenados.
- B A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento penal, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de dois terços da pena.
- C Se o preso for punido por falta média, será revogada a autorização de trabalho externo.
- D Se o preso praticar fato definido como crime, revogar-se-á a autorização de trabalho externo.
- E Para o preso provisório, o trabalho é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

QUESTÃO 84

A prática do crime de lavagem de dinheiro é atribuída ao agente que dissimula a natureza e a origem de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de determinados crimes. Esses crimes **não** abrangem

- A o terrorismo.
- B a extorsão mediante sequestro.
- C o crime contra a administração pública, incluindo a exigência direta ou indireta, para si ou para outrem, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou a omissão de atos administrativos.
- D os crimes contra a ordem tributária.
- E o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins.

QUESTÃO 85

De acordo com a Lei n.º 9.807/1999, que trata de Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Estão excluídos da proteção os ascendentes e os dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou a testemunha.
- Ⓑ Estão incluídos nessa proteção os condenados que estejam cumprindo pena, uma vez que é dever do Estado proteger a integridade física do preso.
- Ⓒ O ingresso nesse programa e as restrições de segurança independem da anuência da pessoa protegida ou de seu representante legal.
- Ⓓ A solicitação visando ao ingresso nesse programa poderá ser encaminhada ao órgão executor pelo interessado, por representante do MP, pela autoridade policial que conduz a investigação criminal, pelo juiz competente para a instrução do processo criminal ou por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.
- Ⓔ Os programas não compreendem ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, se a pessoa protegida estiver impossibilitada de desenvolver trabalho regular.

QUESTÃO 86

De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e submetem-se a tratamento adequado à sua condição de pessoas não-condenadas.
- Ⓑ Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou de outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. A sua liberdade pode ser condicionada a garantias que asseverem o seu comparecimento em juízo.
- Ⓒ A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita tão-somente às limitações prescritas pela lei, e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou as liberdades das demais pessoas.
- Ⓓ Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou sua resposta, nas condições estabelecidas pela lei.
- Ⓔ Constituem trabalhos forçados os trabalhos ou os serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa para cumprimento de sentença.

QUESTÃO 87

Assinale a opção correta com relação ao Código Eleitoral.

- Ⓐ Nenhuma autoridade poderá, desde três dias antes e até vinte e quatro horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou devido a sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, também, por desrespeito a salvo-conduto.
- Ⓑ Os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não podem ser detidos ou presos, mesmo em flagrante delito.
- Ⓒ Considere que alguém tenha divulgado, em propaganda, fatos que sabe inverídicos, em relação a partidos ou candidatos, capazes de exercer influência perante o eleitorado. Nesse caso, não agrava a pena o fato de o crime ter sido cometido por meio do rádio.
- Ⓓ No processo e no julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução, que lhes digam respeito, é aplicado, como lei subsidiária ou supletiva, o CPP.
- Ⓔ Devido ao princípio da liberdade de expressão, é permitida a propaganda, qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira.

QUESTÃO 88

A respeito da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte (LOPC/RN) e do Estatuto da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte (EPC/RN), assinale a opção correta.

- Ⓐ O estágio probatório compreende o período de dois anos de efetivo exercício, durante o qual são apurados os requisitos imprescindíveis à permanência do servidor no serviço público.
- Ⓑ A posse ocorrerá no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado. Se a posse não ocorrer nesse prazo, há a caducidade, com a consequente extinção dos efeitos jurídicos do ato de nomeação.
- Ⓒ Para fins de estágio probatório, não são computados, como tempo de efetivo exercício, os dias de trânsito.
- Ⓓ Será demitido o servidor que, depois de nomeado e durante o estágio probatório, omita fato que impossibilitaria sua matrícula no curso de formação policial.
- Ⓔ Os cargos integrantes da estrutura organizacional da Polícia Civil são preenchidos, entre outros, por nomeação, promoção, reversão e remoção.

QUESTÃO 89

Com relação à LOPC/RN e ao EPC/RN, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se, no curso de investigação policial, houver indícios de prática de ilícito penal atribuído a policial civil, a autoridade competente remeterá, imediatamente, cópia do procedimento ao corregedor-geral de polícia, que deverá tomar as providências cabíveis para a instauração do processo administrativo disciplinar, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade funcional.
- Ⓑ Além das garantias asseguradas pela CF, o policial civil gozará da prerrogativa de portar arma, salvo na inatividade.
- Ⓒ O delegado de polícia civil só pode ser removido em face da necessidade do serviço, definida em ato motivado do delegado-geral de polícia civil, cabendo recurso ao corregedor-geral de polícia.
- Ⓓ Se o servidor policial civil for designado, de ofício, para sede de exercício que implique alteração do domicílio legal, fará jus ao pagamento de diárias.
- Ⓔ Os servidores policiais civis terão direito a férias anuais por trinta dias corridos, as quais poderão ser fracionadas.

QUESTÃO 90

Acerca da LOPC/RN e do EPC/RN, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que um servidor policial estável tenha retornado ao cargo anteriormente ocupado após invalidada a sua demissão por decisão judicial, transitada em julgado, com a reconstituição da respectiva carreira e com o ressarcimento de todas as vantagens relativas ao cargo, corrigidos os valores pecuniários de juros e correção monetária. Nesse caso, ocorreu a denominada recondução.
- Ⓑ A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado, sendo asseguradas as promoções a que o servidor policial faria jus se estivesse na atividade, incluindo a contagem de tempo de serviço.
- Ⓒ Na hipótese de estar provido o cargo ao qual foi reintegrado o servidor policial, o ocupante anterior será aposentado.
- Ⓓ Caso um servidor policial, aposentado por invalidez, retorne à atividade, após terem sido declarados, por junta médica oficial, insubsistentes os motivos da aposentadoria, ocorrerá a denominada readaptação.
- Ⓔ Aproveitamento é o retorno à atividade do servidor policial em disponibilidade no mesmo cargo, independentemente da existência de vaga.

QUESTÃO 91

Acerca das responsabilidades, segundo a LOPC/RN e o EPC/RN, assinale a opção correta.

- Ⓐ A responsabilidade administrativa decorre de ato ou omissão constitutiva de transgressão disciplinar. No caso de absolvição do servidor por sentença criminal transitada em julgado, que tenha declarado extinta a punibilidade em razão da prescrição, poderá ser afastada tal responsabilidade.
- Ⓑ A responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. Assim, não se atribui responsabilidade ao servidor por atos decorrentes de omissão.
- Ⓒ Na hipótese de dano causado a terceiro, após apuração de sua responsabilidade em processo disciplinar, o servidor responde perante a fazenda pública em ação regressiva.
- Ⓓ A responsabilidade penal limita-se aos crimes imputados ao servidor nessa qualidade e não abrange as contravenções penais.
- Ⓔ A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles é executada, independentemente do limite do valor da herança recebida.

QUESTÃO 92

De acordo com a LOPC/RN e o EPC/RN, na aplicação de penalidades em razão de sanções administrativas disciplinares, as circunstâncias atenuantes **não** incluem a

- Ⓐ transgressão disciplinar no interesse do serviço, da ordem ou da segurança pública.
- Ⓑ boa conduta funcional.
- Ⓒ relevância do serviço prestado.
- Ⓓ transgressão disciplinar cometida em defesa de direitos próprios ou de terceiros.
- Ⓔ transgressão disciplinar cometida para evitar dano maior.

QUESTÃO 93

Acerca das provas, segundo o CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ Admite-se que o juiz, de ofício, delibere devolver algum documento a uma das partes.
- Ⓑ As cartas poderão ser exibidas em juízo pelo respectivo destinatário, para a defesa de seu direito, ainda que não exista consentimento do signatário.
- Ⓒ Em busca da verdade real, a autoridade policial pode proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- Ⓓ A lei admite a possibilidade de o réu retratar-se, narrando a versão correta dos fatos, na sua visão, desde que o faça em juízo.
- Ⓔ O informante, por prestar compromisso, deve ser considerado uma testemunha.

QUESTÃO 94

Acerca de criminalística, assinale a opção correta.

- A A necropsia será feita, pelo menos, seis horas depois do óbito, e o perito não pode realizá-la antes desse prazo.
- B Em crimes que deixem vestígios materiais, deve haver sempre exame de corpo de delito e os peritos devem, pessoalmente, analisar o rastro deixado.
- C O exame de corpo de delito é uma das espécies de prova pericial constatatória da materialidade do crime investigado.
- D No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, quando não houver escritos para a comparação ou forem insuficientes os exibidos, a autoridade mandará que a pessoa escreva o que lhe for ditado. Se estiver ausente a pessoa, mesmo que em lugar certo, esta última diligência não pode ser feita por precatória.
- E Na prova direta, exige-se um raciocínio, com formulação de hipóteses, exclusões e aceitações, para a conclusão final.

QUESTÃO 95

Acerca do objeto da prova, assinale a opção correta.

- A Os fatos são objeto de prova, e nunca o direito, pois o juiz é obrigado a conhecê-lo.
- B Os fatos axiomáticos dependem de prova.
- C Presunção legal é a afirmação da lei de que um fato é existente ou verdadeiro, independentemente de prova. Entretanto, o fato objeto da presunção legal pode precisar de prova indireta, ou seja, pode ser necessário demonstrar o fato que serve de base à presunção, que, uma vez demonstrado, implica que o fato probando (objeto da presunção) considere-se provado.
- D No processo penal, os fatos não-impugnados pelo réu (fatos incontroversos) são considerados verdadeiros.
- E As verdades sabidas dependem de prova.

QUESTÃO 96

Em um bar, Gustavo, com intenção de matar e munido de uma faca, entrou em luta corporal com Adriano. Durante a luta, três copos e duas garrafas foram quebrados, uma cadeira foi danificada, uma parede foi suja de sangue, a faca ensanguentada caiu em cima de uma mesa e, por fim, a vítima caiu morta no chão.

Tendo como referência a situação hipotética acima, é correto afirmar que o corpo de delito é constituído

- A apenas pelo corpo da vítima.
- B apenas pelos três copos e pelas duas garrafas quebradas.
- C apenas pela faca ensanguentada.
- D apenas pelo sangue na parede e pelo cadáver da vítima.
- E pelos três copos e pelas duas garrafas quebradas, pela cadeira danificada, pelo sangue na parede, pela faca ensanguentada e pelo cadáver da vítima.

QUESTÃO 97

Acerca da prova testemunhal, segundo o CPP, assinale a opção correta.

- A O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, mesmo quando inseparáveis da narrativa do fato.
- B Em regra, o psicólogo não é proibido de depor quanto ao teor da sessão psicoterapêutica.
- C Se a testemunha é pai da vítima, pode recusar-se a prestar depoimento.
- D A prova testemunhal deverá ser colhida oralmente, sobretudo quando se tratar do presidente ou do vice-presidente da República, dos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do STF.
- E A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor. Poderá, entretanto, recusar-se a fazê-lo o cônjuge do acusado, salvo quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

QUESTÃO 98

Em relação à perícia médico-legal, podem ocorrer várias circunstâncias no decorrer do processo. Acerca dessas circunstâncias, assinale a opção **incorreta**.

- A O perito que confessar ter agido de má-fé antes da conclusão do processo não será punido por isso.
- B Tendo o perito confessado ter agido de má-fé, sua conduta será considerada dolosa e, portanto, ele será punido.
- C A perícia é considerada falsa quando distorce a verdade.
- D A simples diferença de diagnósticos entre laudos médicos não permite concluir pela falsidade da perícia.
- E A falsa perícia é considerada crime em qualquer juízo.

QUESTÃO 99

Acerca da elaboração do relatório médico-legal, documento que constitui a descrição minuciosa de uma perícia, assinale a opção correta.

- A O laudo é um documento feito por peritos aos quais são permitidos consultas ou outros recursos.
- B O auto é um procedimento em que o perito dita para o escrivão as suas conclusões.
- C Na justiça penal, o laudo deverá ser concluído em 10 dias prorrogáveis.
- D Em se tratando de casos urgentes, o prazo para conclusão do laudo será de cinco dias.
- E O laudo deve ser assinado por dois peritos.

QUESTÃO 100

Quanto aos delitos que envolvem a mulher, assinale a opção correta.

- A O crime de estupro consiste em conjunção carnal sob a ameaça ou violência, dele não se excluindo as prostitutas.
- B O aborto eugênico é considerado legal.
- C O aborto sentimental ou piedoso não é amparado pelo CP.
- D Nos casos de infanticídio, a mulher se encontra fora da influência do estado puerperal.
- E O prazer sexual obtido mediante sofrimento físico é conhecido por sadismo.

PROVA ESCRITA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) prevê a independência e harmonia entre os seus três poderes (art. 2.º da CF), assim como a adoção do chamado sistema acusatório, surgem indagações jurídicas a respeito da possibilidade de a investigação criminal ser levada a efeito por órgãos diversos do aparato componente da segurança pública (art. 144 da CF). Nesse contexto, a ciência processual vem aceitando a perquirição pré-processual por órgãos diversos do policial, mas sempre procurando aclarar e minudenciar limites legais.

Considerando as argumentações contidas acima, redija, objetivamente, um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

LIMITES DA INVESTIGAÇÃO NO BRASIL POR ORGANISMOS ESTRANHOS À POLÍCIA

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ existência de previsão, no Código de Processo Penal, a respeito da possibilidade de investigação por outras autoridades administrativas mediante previsão legal para tanto;
- ▶ função investigativa das comissões parlamentares de inquérito: abrangência, previsão constitucional e limites;
- ▶ possibilidade de investigação levada a efeito por membro do Poder Judiciário;
- ▶ investigação por membro do Ministério Público.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	